



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8033

**Presidente da Mesa Diretora:** Valcir Soares da Silva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Repassa Recursos, Firma Convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações do Executivo.

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 17/04/2012

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 62/2012. Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros e firmar convênio com a Fundação Hospitalar de Montes Claros/Hospital Aroldo Tourinho, Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros/Santa Casa, Fundação de Saúde Dilson de Quadros Godinho e Hospital Universitário Clemente de Faria/Unimontes. (Referente à Lei nº 4.503, de 27/04/2012).

**Controle Interno – Caixa:** 21.3

**Posição:** 08

**Número de folhas:** 10

---

Explicação: PC  
Categoria: Repasse recursos  
CL: 21.3  
evidência: 08  
nº 761/08



Nº 31/2012  
24.04.2012

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 62/2012.

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio e Repassar Recursos Financeiros com as Entidades que Menciona, e dá Outras Providências.**

### MOVIMENTO

Entrada em 12704/2012

Comissão Legislação e Justiça e Finanças Orçamento Tomada de Contas.

- 1 -
- 2 - *APROVADO EM REGIME DE URGEN*
- 3 - *CIA EM 24.04.2012*
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

À 3ª COMISSÃO  
17/04/2012  
*[Signature]*

PROJETO LEI Nº. 62

DE 16 DE ABRIL DE 2012.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO E REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS COM AS ENTIDADES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Estadual de Saúde, autorizado a firmar convênio e repassar recursos financeiros destinados ao Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais – PROHOSP/2012, Módulo Macrorregional, no valor de R\$6.600.147,20 (seis milhões, seiscentos mil, cento e quarenta e sete reais e vinte centavos) com as entidades que menciona, através das seguintes dotações orçamentárias:

- Fundação Hospitalar de Montes Claros/Hospital Aroldo Tourinho – R\$1.509.453,60 (um milhão, quinhentos e nove mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos) em 12 (doze) parcelas mensais de R\$125.787,80 (cento e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos);

- Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros/Santa Casa – R\$2.248.670,20 (dois milhões, duzentos e quarenta e oito mil, seiscentos e setenta reais e vinte centavos) em 12 (doze) parcelas mensais de R\$187.389,19 (cento e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos);

- Fundação de Saúde Dílson de Quadros Godinho – R\$1.027.642,90 (um milhão, vinte e sete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa centavos) em 12 (doze) parcelas mensais de R\$85.636,90 (oitenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa centavos);

**Dotação: 02.12.02-10.302.0066.4019-335041**

- Hospital Universitário Clemente de Faria/UNIMONTES – R\$1.814.380,50 (um milhão, oitocentos e quatorze mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos) em 12 (doze) parcelas mensais de R\$151.198,38 (cento e cinquenta e um mil, cento e noventa e oito reais e trinta e oito centavos);





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

**Dotação: 02.12.02-10.302.0066.4019-333041**

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 16 de abril de 2012.

  
**Luiz Tadeu Leite**  
*Prefeito Municipal*



CÂMARA MUNICIPAL DE FRONTEIRAS CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
6 JUSTIÇA  
EM 17 DE ABRIL DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE FRONTEIRAS CLAROS  
A COMISSÃO DE FINANÇAS  
MENTO TOMADA CONTAS  
EM 17 DE ABRIL DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE FRONTEIRAS CLAROS  
APROVADO EM REVISÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 24 DE ABRIL DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

Montes Claros (MG), 16 de abril de 2012.

Exmo. Sr.

Vereador Valcir Soares Silva

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 607/2012

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS E FIRMAR CONVÊNIO COM AS ENTIDADES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O presente Projeto de Lei visa firmar convênio e repassar recursos financeiros repassados ao Município pelo Estado de Minas Gerais à Fundação Hospitalar de Montes Claros/Hospital Aroldo Tourinho, Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros/Santa Casa, Fundação de Saúde Dílson de Quadros Godinho e com o Hospital Universitário Clemente de Faria/ UNIMONTES.

A aprovação deste Projeto Lei contribuirá para as atividades destas instituições, obtendo melhora na qualidade do atendimento dos hospitais da rede do Sistema Único de Saúde no Estado de Minas Gerais/SUS-MG, no âmbito de fortalecimento e melhoria da qualidade dos Hospitais, Macrorregional ou Microrregional, aqui denominado PROHOSP.

Em face da urgência na viabilização da medida pretendida, solicitamos que o referido projeto de lei seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Luiz Tadeu Leite  
Prefeito Municipal





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 062/2012 QUE “Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio e Repassar Recursos Financeiros com as Entidades que Menciona, e dá Outras Providências.” de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que compete ao Executivo a iniciativa de projetos versando sobre questões financeiras, inclusive convênios, desde que com a autorização da Câmara.

O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade no referido projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 18 de abril de 2012.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 62/2012**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio e Repassar Recursos Financeiros com as Entidades que Menciona, e dá outras providências.**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 17/04/2012, com entrada na Sala das Comissões no dia 19/04/2012.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei, em análise, autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Estadual de Saúde, firmar convênio e repassar recursos financeiros destinados ao Programa de Fortalecimento e Melhoria de Qualidade dos Hospitais – PROHOSP/2012, Módulo Microrregional, no valor de **R\$ 6.600.147,20 (seis milhões, seiscentos mil, cento e quarenta e sete reais e vinte centavos)** à entidades mencionadas, assim distribuídos:

- Fundação Hospitalar de Montes Claros/Hospital Aroldo Tourinho – **R\$ 1.509.453,60 (um milhão quinhentos e nove mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos)**, em 12 (doze) parcelas mensais de R\$125.787,80 (cento e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos);
- Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros/Santa Casa – **R\$ 2.248.670,20 (dois milhões, duzentos e quarenta e oito mil, seiscentos e setenta reais e vinte centavos)** em 12 parcelas mensais de R\$ 187.389,19 (cento e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos);
- Fundação de Saúde Dilson de Quadros Godinho – **R\$ 1.027.642,90 (um milhão, vinte e sete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa centavos)** em 12 (doze) parcelas de R\$ 85.636,90 (oitenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa centavos);

A. Silva  
Parecer  
[Assinatura]





**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

- Hospital Universitário Clemente de Faria/UNIMONTES – **R\$ 1.814.380,50 (um milhão, oitocentos e quatorze mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos)** em 12(doze) parcelas de R\$ 151.198,38 (cento e cinquenta e um mil, cento e noventa e oito reais e trinta e oito centavos).

Nos termos da Mensagem do Executivo, a aprovação do projeto de lei em questão, contribuirá para as atividades dessas instituições, obtendo melhora na qualidade do atendimento dos hospitais da rede do Sistema Único no Estado de Minas Gerais/SUS-MG, visando o fortalecimento e melhoris da qualidade dos hospitais, Macrorregional ou Microrregional, denominado PROHOSP.

Conforme Lei Orgânica Municipal, art. 182 - A Saúde é direito de todos os munícipes e dever do poder público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Dessa forma compete ao Executivo Municipal repassar recursos financeiros à entidades que prestam serviços públicos à população, mediante convênio.

Quanto à questão financeira, o Executivo indicou dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde para justificar o repasse financeiro.

Assim, sendo, verifica-se que a presente proposição não incide em vício de iniciativa, nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do Exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2012.

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá: \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus \_\_\_\_\_

Suplente: Ver. Elair Augusto Pimentel Gomes \_\_\_\_\_



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 62/2012**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio e Repassar Recursos Financeiros com as Entidades que Menciona, e dá outras providências.**

#### **I- RELATÓRIO**

Após ser o presente projeto de lei submetido à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, em 17/04/2012, com entrada na Sala das Comissões no dia 19/04/2012, a qual emitiu parecer de legal e constitucional, foi o mesmo distribuído à Comissão de Finanças e Orçamento, no dia 19/04/2012, para, nos termos do art.69 do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e orçamentária e créditos adicionais.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei, em análise, autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Estadual de Saúde, firmar convênio e repassar recursos financeiros destinados ao Programa de Fortalecimento e Melhoria de Qualidade dos Hospitais – PROHOSP/2012, Módulo Microrregional, no valor de **R\$ 6.600.147,20 (seis milhões, seiscentos mil, cento e quarenta e sete reais e vinte centavos)** à entidades mencionadas, assim distribuídos:

- Fundação Hospitalar de Montes Claros/Hospital Aroldo Tourinho – **R\$ 1.509.453,60 (um milhão quinhentos e nove mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos)**, em 12 (doze) parcelas mensais de R\$125.787,80 (cento e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos);
- Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros/Santa Casa – **R\$ 2.248.670,20 (dois milhões, duzentos e quarenta e oito mil, seiscentos e setenta reais e vinte centavos)** em 12 parcelas mensais de R\$ 187.389,19 (cento e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos);
- Fundação de Saúde Dilson de Quadros Godinho – **R\$ 1.027.642,90 (um milhão, vinte e sete mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa centavos)** em 12 (doze) parcelas de R\$ 85.636,90 (oitenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa centavos);



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

- Hospital Universitário Clemente de Faria/UNIMONTES – **R\$ 1.814.380,50 (um milhão, oitocentos e quatorze mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos)** em 12(doze) parcelas de R\$ 151.198,38 (cento e cinquenta e um mil, cento e noventa e oito reais e trinta e oito centavos).

Nos termos da Mensagem do Executivo, a aprovação do projeto de lei em questão, contribuirá para as atividades dessas instituições, obtendo melhora na qualidade do atendimento dos hospitais da rede do Sistema Único no Estado de Minas Gerais/SUS-MG, visando o fortalecimento e melhoris da qualidade dos hospitais, Macrorregional ou Microrregional, denominado PROHOSP.

Conforme Lei Orgânica Municipal, art. 182 - A Saúde é direito de todos os munícipes e dever do poder público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Dessa forma é competência do Executivo repassar recursos financeiros à entidades que prestam serviços públicos à população, mediante convênio.

Quanto à questão financeira, o Executivo indicou dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde para justificar o repasse financeiro.

Assim, sendo, verifica-se que a presente proposição não incide em vício de iniciativa, nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à aprovação do referido projeto pelo Plenário.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2012.

Presidente: Ver. José Marcos Martins de Freitas

Vice-Presidente: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto